

Nas mãos do Congresso

O motivo que levou os presidentes da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, e do Senado Federal, Mauro Benevides — aceitando sugestões dos líderes de vários partidos e do ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen —, a suspender o recesso constitucional do Congresso em julho foi a necessidade de manter funcionando a CPI do PC para que ela encerre o mais rapidamente possível os seus trabalhos e o País possa se ver livre de mais esse trauma em sua vida política, que tem nefastas consequências sobre a economia.

No fim da semana passada havia nítidos sinais de que a sociedade começava a se recuperar desse trauma, diante dos indícios de que as investigações da CPI não poderiam produzir provas que incriminassem diretamente o presidente da República. As revelações da revista *Isto É*, no entanto, voltaram a abalar violentamente o que ainda restava de confiança na ação do governo Collor. O que aconteceu ontem nas bolsas de valores do País é uma indicação clara do que acontecerá na economia nacional, em geral, enquanto não se chegar a um desfecho qualquer deste drama político. Até lá o governo estará praticamente paralisado. Não haverá nada que ele possa fazer para tentar restabelecer pelo menos parte da tranquilidade necessária para que a economia não se paralise também.

Somente o Congresso poderá dar uma contribuição importante para renovar o alento dos agentes econômicos.

E como o Congresso poderá conseguir isso? Trabalhando com afinco e seriedade, aproveitando a suspensão do recesso para apressar a apreciação e votação de várias medidas importantes para debelar a inflação e a recessão que abalam a economia brasileira.

No final da semana passada, num esforço digno de elogios — e fazemos este elogio com imensa satisfação, pois sempre criticamos a normalmente lenta ação dos deputados e senadores —, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de moderni-

zação dos portos (veja nota abaixo) apresentado pelo governo no ano passado, um dos pontos importantes do programa de modernização das estruturas econômicas nacionais. Os deputados aprovaram também, num texto negociado entre as várias partes interessadas, a regulamentação dos artigos da Constituição que tratam da política fundiária, uma decisão há muito reclamada pelo Ministério da Agricultura para poder tocar efetivamente os programas do governo de assentamento de colonos. Essas duas votações demonstram que quando há disposição as coisas andam — e bem — no Congresso.

A expectativa da sociedade brasileira agora é a de que os deputados e senadores, independentemente das investigações a que a CPI do PC está se dedicando e de suas possíveis consequências, discutam e votem outras propostas que já estão tramitando há algum tempo no Congresso, como é o caso da nova lei de propriedade industrial, da reforma da lei eleitoral e partidária, das emendas constitucionais acabando com os monopólios estatais nas áreas de petróleo e telecomunicações etc.

Espera-se também que os parlamentares — e também os governadores estaduais — esqueçam injunções corporativas, regionalistas ou meramente fisiológicas e encarem com a objetividade necessária o projeto de reforma fiscal que precisa ser aprovado, impreterivelmente, até o final do ano. Como advertiu o economista Eduardo Giannetti da Fonseca, em entrevista à revista *Veja*, “a demora da reforma fiscal (ou sua mutilação, acrescentamos) pode representar um risco maior para as instituições do que um **impeachment** do presidente Collor”.

Se o Congresso estiver à altura das novas responsabilidades que lhe cabem no momento em que a sociedade sente que o destino do governo está em suas mãos, a médio prazo esta dramática crise política poderá produzir resultados benéficos para nossas instituições.